

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 16 de janeiro de 2023 às 08h10
Seleção de Notícias

Folha.com | BR

Direitos Autorais | Direito de Imagem

| | |
|--|----------|
| Butantan contrata por R\$ 500 mil escritório de advocacia para processar veículos de imprensa . . | 3 |
| <small>PAINEL</small> | |

Consultor Jurídico | BR

Direitos Autorais | Direito de Imagem

| | |
|--|----------|
| Atleta pode ceder e explorar imagem por meio de pessoa jurídica | 5 |
| <small>CONSULTOR JURÍDICO</small> | |

Marco regulatório | INPI

| | |
|---|----------|
| Linhares e Nasar: Os aspectos jurídicos do trade dress | 6 |
| <small>CONSULTOR JURÍDICO</small> | |

Fator Brasil - Online | BR

Denominação de Origem

| | |
|--|----------|
| CNI apresenta a Alckmin plano para os 100 primeiros dias do novo MDIC | 8 |
|--|----------|

Butantan contrata por R\$ 500 mil escritório de advocacia para processar veículos de imprensa

A Fundação Butantan assinou contrato, sem licitação, com um escritório de advocacia para processar veículos de imprensa que tiverem causado dano à instituição, além de "prejuízo à honra e à imagem pessoal" do seu presidente, Dimas Covas, de demais gestores e ex-gestores.

O diretor-presidente da Fundação Butantan, Dimas Covas - Rahel Patrasso/Xinhua

O documento foi firmado pelo próprio Covas em 22 de dezembro do ano passado com o escritório Manssur Sociedade de Advogados, no valor de R\$ 500 mil, mais uma "taxa de sucesso" de 15% sobre o valor de indenizações eventualmente obtidas.

Reprodução de contrato do Butantan com escritório de advocacia para processar veículos de imprensa - Reprodução

A dispensa de licitação foi aceita pelo diretor-jurídico do Butantan, Paulo Capelotto, com base na justificativa de que o escritório tem "experiência prévia em causas relacionadas a direito de resposta e direito de imagem".

A contratação ocorreu dias após a Folha ter publicado reportagens revelando suspeitas de irregularidades na Fundação, entre elas possível superfaturamento de R\$ 161 milhões em contrato feito sem licitação com uma empresa de software, investigado pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE).

O jornal também revelou a existência de altos salários na instituição, como da diretora de projetos, Cíntia Retz Lucci, admitida pela Fundação Butantan em 2017 com salário de R\$ 7.267,64, que havia subido em agosto de 2022 para R\$ 79.972,16. A irmã de

Cíntia, Vivian Retz Lucci, foi admitida em 2020 com salário de R\$ 18.281.

Reprodução de contrato do Butantan com escritório de advocacia para processar veículos de imprensa - Reprodução

Na justificativa para o contrato com o escritório de advocacia, o diretor jurídico afirma abertamente que a motivação foram as reportagens veiculadas.

"No final de 2022, contra a Fundação Butantan e alguns colaboradores incumbidos de sua gestão foram veiculadas, em meios jornalísticos de ampla divulgação, notícias destinadas a manchar tanto a imagem da instituição como a de alguns de seus gestores perante o público em geral".

A proposta inicial enviada pelo escritório à Fundação é ainda mais específica, citando a Folha.

O trabalho do escritório inclui "ajuizamento das ações judiciais cabíveis, em todas as áreas, incluindo administrativa, criminal, trabalhista, cível e demais providências necessárias, diante da publicação de matérias jornalísticas, impressas e on-line pelo jornal Folha de S. Paulo, demais veículos de comunicação e redes sociais (a serem identificados) considerando todas as consequências e repercussão".

É mencionada especificamente a prestação de serviços jurídicos em defesa da honra da Fundação Butantan, de Dimas e das assessoras Cíntia e Vivian Lucci.

Dimas Covas ganhou notoriedade durante a pandemia, quando o Instituto Butantan forneceu a primeira vacina contra a Covid-19 no Brasil.

Continuação:
Butantan contrata por R\$ 500 mil escritório de advocacia para processar veículos de imprensa

A Fundação é uma entidade privada que atua como braço operacional e administrativo do Instituto, que é vinculado ao governo estadual.

Painel Receba no seu email as informações exclusivas da coluna Painel Carregando...

Em nota, a Fundação Butantan afirmou que, "tendo em vista mudanças administrativas, o contrato com o escritório de advocacia está em análise, não tendo sido efetuado nenhum pagamento". A entidade não esclareceu se o contrato poderá ser revisto.

Atleta pode ceder e explorar imagem por meio de pessoa jurídica

Notícias Contrato civil Atleta pode ceder e explorar imagem por meio de pessoa jurídica 14 de janeiro de 2023, 16h45 Imprimir Enviar É possível a cessão e exploração de imagem de atleta por meio de pessoa jurídica, desde que haja contrato de natureza civil. O entendimento é da 2ª Turma da 4ª Câmara da 2ª Seção do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf).

O colegiado reformou um acórdão contra um jogador de futebol acusado de não declarar corretamente os valores recebidos a título de exploração de **direito** de imagem. A decisão, agora derrubada, entendeu que houve simulação por parte do atleta ao criar uma pessoa jurídica para receber os valores envolvendo o **direito** de imagem. No entanto, segundo a conselheira Ana Claudia Borges de Oliveira, relatora do caso no Carf, o artigo 129 da Lei 11.196/2006 ampara o exercício de atividade per-

sonalíssima - cuja realização depende essencialmente do indivíduo - por meio de pessoa jurídica. "O exercício de atividade personalíssima por meio de pessoa jurídica, sem que se trate de sociedade unipessoal, é amparado pelo artigo 129 da Lei 11.196, de 21 de novembro de 2005, que surgiu no ordenamento jurídico com a finalidade de viabilizar a contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços de natureza intelectual, cultural, artística ou científica", afirmou. Ela também considerou que o Fisco deve provar que o atleta agiu com dolo, fraude ou simulação em sua declaração. "A simulação, sempre ilícita, ocorre quando as partes realizam um negócio jurídico diverso daquele ocorrido na realidade", disse. para ler a decisão

Processo 10980.726872/2012-19 Topo da página Imprimir Enviar Revista Consultor Jurídico, 14 de janeiro de 2023, 16h45

Linhares e Nasar: Os aspectos jurídicos do trade dress

ArtigosOpiniãoAspectos jurídicos do trade dress: o conjunto de elementos de uma empresa14 de janeiro de 2023, 15h17ImprimirEnviarPor Catarina Linhares e Ives NasarInobstante a relevância do tema em meio empresarial, alguns ainda desconhecem o significado do termo "trade dress". O termo compreende o conjunto de elementos que compõem a estratégia de marketing de um negócio, como, por exemplo, a tipografia da Coca-Cola, a aparência externa ou interna do McDonald's e a embalagem do Leite de Rosas.O conceito foi criado e desenvolvido nos Estados Unidos, país que possui legislação específica sobre o tema. A imagem do negócio está intimamente ligada ao conceito do termo em questão, uma vez que este abrange da logomarca ao aroma de uma loja, ou até mesmo da arquitetura de uma fachada à aparência de um produto, tornando evidente a imprescindibilidade da proteção desse conjunto de características.

É interessante ressaltar que a reunião dessas características desenvolve a individualização de uma atividade empresarial relacionada a um produto ou serviço, de modo a tornar de grande valor para o negócio a proteção contra uma possível concorrência parasitária, a qual consiste em tirar proveito de uma percepção favorável do público sobre um negócio já existente.No Brasil, nos últimos anos, a ocorrência de trade dress foi atestada pelos tribunais pátrios em seus julgamentos. Acontece que inexistente previsão legal expressa acerca da temática, porém a sua transgressão está relacionada à construção jurisprudencial e doutrinária, dependendo da análise do caso concreto.A jurisprudência brasileira já reconhece a existência do trade dress, bem como a concorrência desleal, inobstante ainda não ser possível registrar o trade dress do mesmo modo que é possível

registrar uma marca junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial ([INPI](#)).

Dessa forma, o ajuizamento da demanda judicial cabível torna possível a tutela desse direito em desfavor daquele que o transgride, visto que se entende a cópia como violação em razão de induzir o consumidor ao erro.Os tribunais estaduais já decidiram diversos casos concretos sobre a problemática, proibindo desde a venda de produtos com uma embalagem muito semelhante até o projeto arquitetônico que estaria imitando lojas do mesmo ramo.Faz-se mister destacar que, de acordo com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ) ao argumentar em juízo uma possível ofensa ao trade dress, o detentor do direito deve expor e comprovar a existência dos elementos técnicos aptos a atestar a distintividade do produto, solicitando a realização de perícia técnica a fim de averiguar se há conflito com a propriedade industrial de outra titularidade.Por fim, é nítida a importância da regulamentação do trade dress no Brasil, assim como ocorre nos Estados Unidos, de forma a sustentar a argumentação dos que tiveram os seus direitos violados devido uma concorrência parasitária, sendo que diversos casos concretos já foram julgados por tribunais pátrios que ainda possuem entendimento não pacificados.

Portanto, tal entendimento, torna clara a relevância do registro da propriedade intelectual dos elementos produzidos em face do exercício da atividade empresarial, como o registro da marca, patente e desenho industrial. Topo da páginaImprimirEnviarCatarina Linhares é sócia do escritório Fortes Nasar Advogados, pós-graduada em Direito Digital e Gestão da Inovação e Propriedade Intelectual pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/MG) e em Direito,

Continuação: Linhares e Nasar: Os aspectos jurídicos do trade dress

Processo e Planejamento Tributário pela Universidade de Fortaleza (Unifor) e certified International Association of Privacy Professionals (CDPO/BR) pela Atech Privacy Center. Ives Nasar é sócio do escritório Fortes Nasar Advogados, es-

pecialista em Direito Empresarial pela Universidade de Fortaleza (Unifor) e pós-graduando em Direito Internacional pela Unifor. Revista Consultor Jurídico, 14 de janeiro de 2023, 15h17

CNI apresenta a Alckmin plano para os 100 primeiros dias do novo MDIC

Plano de Retomada da Indústria tem 14 prioridades focadas na transição energética, inovação e ampliações dos investimentos para reindustrialização e 18 projetos de lei a serem aprovados.

O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade, recebeu o vice-presidente da República e ministro nomeado do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Geraldo Alckmin, na sede da instituição, em Brasília, no dia 03 de janeiro (terça-feira).

Durante a conversa de mais de 2 horas, Andrade entregou um conjunto de 14 propostas para subsidiar ações dos 100 primeiros dias do novo Ministério de Indústria e Comércio, voltadas para a reindustrialização, e uma lista com 19 projetos prioritários em tramitação no Congresso Nacional.

As prioridades miram a transição energética para uma economia de baixo carbono, além da ampliação dos investimentos, do financiamento, da produção manufatureira, das exportações, da integração internacional e da inovação.

O cenário internacional e o contexto econômico interno recomendam que a indústria brasileira ofereça caminhos ao presidente e vice-presidente, para que o novo governo possa adotar, o mais rapidamente possível, as medidas necessárias para reindustrializar o Brasil. Só assim, nosso país poderá retomar a trilha do desenvolvimento sustentável e inclusiva afirma o Robson Andrade.

O documento Propostas prioritárias para os 100 primeiros dias de governo destinadas ao MDIC contém medidas importantes e de implementação rápida, além de ações mais complexas, que precisam ser iniciadas o mais rapidamente possível para acelerar o crescimento econômico.

Além disso, o presidente da CNI colocou à disposição do ministério, o Observatório Nacional da Indústria, o maior hub de dados da indústria nacional, com 209 bases em um único lugar, para fornecer inteligência estratégica para todo o complexo do ecossistema industrial brasileiro.

Os dados produzidos no Observatório apresentam informações fundamentais para o fortalecimento da indústria em diferentes formatos, por meio de estruturas inteligentes, algoritmos e indicadores.

. 19 projetos de lei necessários para o crescimento econômico:

1. PEC 110/2019 Reforma tributária É a reforma estrutural mais importante para a retomada de investimentos e do crescimento econômico. O substitutivo apresentado pelo senador Roberto Rocha (PSDB/MA) promove a reforma na tributação sobre o consumo, em que adota o modelo de Imposto de Valor Agregado (IVA Dual), estabelecendo dois tributos incidentes sobre o consumo e extinguindo ICMS, ISS e PIS/Cofins.

2. PL 414/2021 Modernização do Setor Elétrico O texto aprovado no Senado Federal propõe uma reestruturação do modelo de regulação do setor elétrico e expande o mercado livre de energia elétrica de forma equilibrada e reestrutura a concessão de subsídios, que promovem profundas distorções.

3. PL 4416/2021 Prorrogação de Benefícios nas áreas de atuação da Sudam e Sudene Possibilita a isonomia constitucionalmente estabelecida para o desenvolvimento regional e prorroga para 2028 o prazo dos incentivos nas áreas de atuação da Sudam e Sudene, importantes para manter a capacidade de investimento no Norte e Nordeste, evitando impactos negativos sobre as economias locais.

Continuação: CNI apresenta a Alckmin plano para os 100 primeiros dias do novo MDIC

4. PL 2148/2015 e seus apensos Regulamentação do mercado de carbono Prevê a integração entre o mercado regulado e o voluntário de emissões e reduções de carbono, o que permite integração econômica internacional e investimentos em tecnologia e conservação, importantes para o País cumprir com seus compromissos internacionais, com vistas à economia de baixo carbono.

5. PL 4188/2021 Marco Legal da Garantias Institui o novo Marco Legal de Garantias, por meio da criação do serviço de gestão especializado de garantias, de alteração na execução extrajudicial da alienação fiduciária e no instituto da hipoteca.

6. PL 4944/2020 Deduções dos Dispêndios em PD&I na Lei do Bem Altera a Lei do Bem para permitir que o excedente do percentual dos dispêndios com pesquisa tecnológica excluído do lucro líquido das empresas possa ser aproveitado em exercícios subsequentes. Acrescenta benefício para valores integralizados em fundos de investimentos e para as microempresas ou empresas de pequeno porte. Permite aproveitamento de dispêndios havendo prejuízo fiscal.

7. PLP 178/2021 Estatuto Nacional de Simplificação de Obrigações Tributárias Acessórias Institui o Estatuto Nacional de Simplificação de Obrigações Tributárias Acessórias a fim de diminuir os custos de cumprimento das obrigações tributárias e incentivar a conformidade por parte dos contribuintes.

8. PL 5670/2019 Permissão para o Trabalho Multifunção Permite que o contrato individual de trabalho seja por especificidade ou predominância de função, ou por multifuncionalidade, não se exigindo deste último desempenho de atividade mais complexa do que a sua competência principal.

9. PL 5518/2020 Concessões Florestais Altera a Lei de Gestão de Florestas Públicas para conferir maior celeridade e atratividade econômica às concessões florestais.

10. PL 3236/2020 Regulamentação do Limbo Previdenciário, ao permitir que o médico do trabalho solicite a prorrogação do auxílio-doença O projeto é fundamental para a solução do problema conhecido como limbo previdenciário, que é a situação em que o INSS encerra o pagamento do benefício previdenciário e determina o retorno do trabalhador às atividades laborais. Contudo o médico da empresa atesta a inaptidão do trabalhador no exame de retorno e recomenda o seu afastamento. Assim, o empregado entra em uma situação em que não recebe remuneração nem o benefício do INSS.

11. PL 2159/2021 Marco Legal de Licenciamento Ambiental Estabelece o Marco Legal do Licenciamento Ambiental. O substitutivo aprovado na Câmara dos Deputados prevê um conjunto de regras gerais que conferem maior previsibilidade e racionalidade ao processo de licenciamento ambiental.

12. PLP 33/2020 Nova Lei de Recuperação Judicial e Extrajudicial das Micro e Pequenas Empresas Institui o Marco Legal do Reempreendedorismo, que estabelece a renegociação especial extrajudicial, a renegociação especial judicial e a liquidação especial sumária, bem como altera a falência das microempresas e empresas de pequeno porte.

13. PL 576/2021 - Marco Regulatório da Eólica Offshore O substitutivo aprovado na Comissão de Infraestrutura estabelece o marco regulatório para exploração do potencial energético offshore, através de outorga do Poder Executivo mediante autorização ou concessão.

14. PLP 125/2022 - Código de Defesa do Contribuinte Cria o Código de Defesa dos Contribuintes, estabelece normas gerais sobre os direitos, garantias, deveres e procedimentos aplicáveis à relação jurídica do contribuinte com a Fazenda Pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

15. PL 6494/2019 - Articulação da formação pro-

Continuação: CNI apresenta a Alckmin plano para os 100 primeiros dias do novo MDIC

fissional técnica de nível médio com a aprendizagem profissional Inclui nas Diretrizes e Bases da Educação Nacional que a educação profissional técnica de nível médio poderá ser articulada com a Aprendizagem Profissional. Altera na CLT a obrigação de matrícula nos Serviços Nacionais de Aprendizagem.

16. MPV 1152/2022 - Regras de preços de transferências Altera a legislação do IRPJ e da CSLL para convergir as regras de Preços de Transferência aos padrões da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

17. MP 1148/2022 - Tributação em Bases Universais (TBU) Prorroga o crédito presumido de 9% e a autorização para a consolidação dos resultados obtidos pelas empresas brasileiras com operações no exterior até 2024. Esses mecanismos de ajuste da tributação são importantes para dar isonomia tributária às empresas brasileiras e iriam expirar em 31 de dezembro de 2022. Caso não fossem prorrogados, ocorreria um aumento da tributação das empresas brasileiras, que estariam em desvantagem ainda maior relativamente às suas concorrentes no mercado internacional.

18. Derrubada dos vetos ao PL 3401/2008 Limites à Desconsideração da Personalidade Jurídica Tema de interesse de todo o setor produtivo que tramitou no Congresso Nacional por mais de uma década levando à aprovação de um texto equilibrado que foi vetado integralmente pelo Executivo. O texto estabelecia regência única para o procedimento de declaração judicial de desconsideração da personalidade jurídica e imputava responsabilidade direta aos membros ou administradores da pessoa jurídica, dentre outras inovações.

19. Acordos internacionais Aprovar os acordos internacionais em tramitação no Congresso como, por exemplo, o Acordo de Facilitação de Comércio do Mercosul (MSC 512/2020 PDL 164/2022), o Acordo para a Proteção Mútua das **Indicações** Geográficas do Mercosul (MSC 601/2020 PDL 165/2022), o Protocolo de Contratações Públicas do Mercosul (MSC 599/2018 PDL 928/2021) e o Protocolo de Serviços Mercosul-Colômbia (MSC 520/2021 - PDL 169/2022).

Índice remissivo de assuntos

Direitos Autorais | Direito de Imagem
3, 5

Propriedade Intelectual
6

Marco regulatório | INPI
6

Denominação de Origem
8